

GUIA ORIENTADOR

Para Educação Profissional e Tecnológica
Memórias e Caminhos Formativos
para Mulheres Privadas de Liberdade



REALIZAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE RORAIMA – *CAMPUS BOA*
VISTA

MESTRADO PROFISSIONAL EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA (PROFEPT)

AUTORAS

RAQUEL SILVA LEITE
PROF. DRA. ANA APARECIDA VIEIRA DE MOURA

COLABORADORES

SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA DE RORAIMA-SEJUC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE RORAIMA – CAMPUS BOA VISTA
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL-SENAI

DIAGRAMAÇÃO

VALDENIZE PEREIRA CARDOSO

FOTOGRAFIAS

RAQUEL LEITE
SISTEMA PRISIONAL DE RORAIMA

IMAGENS (CAPA E PERSONAGENS):
GERADAS POR INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca do Instituto Federal de Roraima - IFRR)

L533g Leite, Raquel Silva.

Guia orientador para Educação Profissional e Tecnológica: memórias e caminhos formativos para mulheres privadas de liberdade / Raquel Silva Leite, Ana Aparecida Vieira de Moura . – Boa Vista, 2025.

1 arquivo em PDF : il. color.

Produto educacional do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional – PROFEPT – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, *Campus* Boa Vista, 2025.

Inclui bibliografia.

1. Educação Profissional. 2. Sistema prisional. 3. Mulheres privadas de liberdade. 4. Políticas públicas. 5. Roraima. I. Moura, Ana Aparecida Vieira de. II. Título.

CDD – 370.113

Elaborada por Maria de Fátima Freire de Araújo - CRB 11/374

DESCRIÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO

TIPOLOGIA: Guia Prático
(guia orientador)

ÁREA: Educação Profissional e
Tecnológica (EPT)

NÍVEL: Instrumento Técnico de Apoio à
Política de Educação Profissional e
Tecnológica

PÚBLICO-ALVO: Gestores do sistema prisional,
professores, coordenadores e profissionais
envolvidos na educação profissional e
tecnológica no sistema prisional feminino de
Roraima.

FINALIDADE: Subsidiar a implementação de programas de
educação profissional e tecnológica no sistema prisional
feminino de Roraima, promovendo a ressocialização e a
reintegração social das mulheres privadas de liberdade por
meio do desenvolvimento de habilidades profissionais e
tecnológicas.

SUMÁRIO

Apresentação do Guia Orientador.....7

Introdução.....8

Módulo 1 - Contexto do Sistema Prisional Feminino e a Educação Profissional e Tecnológica.....9

Módulo 2 - Experiências Exitosas de Educação Profissional e Tecnológica no Sistema Prisional25

Módulo 3 - Desafios e Soluções para a Implementação de Cursos Profissionalizantes e Tecnológicos.32

Módulo 4 - Planejamento e Avaliação de Programas de Educação Profissional e Tecnológica..... 36

Palavras Finais.....47

Referências..... 48

AUTORAS

RAQUEL SILVA LEITE



É Licenciada em Matemática pela Universidade Estadual de Roraima (UERR) e Pedagoga pela FACETEN. Possui pós-graduação em Didática Aplicada ao Ensino da Matemática e em Psicopedagogia. Atua como Policial Penal do Estado de Roraima, vinculada à Secretaria de Justiça e Cidadania (SEJUC-RR), onde desempenha funções voltadas à segurança, gestão e promoção de atividades educacionais e de ressocialização no sistema prisional.

Atualmente, é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Roraima (IFRR). No mestrado, desenvolve a pesquisa “Educação Profissional e Tecnológica nos Presídios Feminino de Roraima”, com foco na reinserção social e na formulação de políticas públicas educacionais em contextos de privação de liberdade.

ANA MOURA



Professora do Instituto Federal de Roraima ministrando Língua Portuguesa no Ensino Médio; de linguística nas licenciaturas de letras e de Bases conceituais no profept. Possui graduação em Letras pela Universidade Federal de Roraima (1995), mestrado em Ciência da Educação Superior - Universidad de Matanzas Camilo Cienfuegos (1999) e Doutorado em Lingüística pela Universidade de Brasília (2015), Especialista em Coordenação Pedagógica. Experiência na formação de professores com atuação no Instituto Superior de Educação de Roraima em 2001-2006; atuou na Universidade Estadual de Roraima desde sua instalação entre 2006 a 2010.

APRESENTAÇÃO

O Produto Educacional desenvolvido a partir da pesquisa de mestrado intitulada “Educação Tecnológica nos Presídios de Roraima: uma proposta para promover o desenvolvimento de habilidades profissionais na população carcerária feminina”, desenvolvida no ProfEPT do Instituto Federal de Roraima (IFRR). Inserida na linha de pesquisa “Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT” e vinculada aos macroprojetos 6 e 4, a investigação foi realizada na Cadeia Pública Feminina de Boa Vista – RR.

O guia foi pensado para apoiar o trabalho de educadores, gestores e parceiros que atuam na qualificação profissional de mulheres privadas de liberdade no sistema prisional feminino de Roraima.

Reconhecem-se os desafios que envolvem oferecer educação em contextos de privação de liberdade e acreditamos que o acesso a cursos de qualidade pode ser um caminho para fortalecer a autonomia, a dignidade e as possibilidades de reinserção social dessas mulheres.

A partir de um trabalho conjunto com instituições como o IFRR e o SENAI, buscamos reunir neste material orientações práticas, experiências bem-sucedidas e propostas que ajudem a transformar o cotidiano prisional por meio da educação profissional e tecnológica.

Boa leitura! Que este material possa inspirar ações concretas e humanizadas no campo da educação profissional, reafirmando o direito à formação e à dignidade para todas as pessoas privadas de liberdade, em todos os espaços e sirva como uma ferramenta de apoio, reflexão e ação para todos os que acreditam na educação como instrumento de mudança social.

INTRODUÇÃO

O Produto Educacional foi desenvolvido a partir de uma pesquisa de mestrado realizada pelo Instituto Federal de Roraima (IFRR), com o objetivo de apoiar a qualificação profissional de mulheres privadas de liberdade na Cadeia Pública Feminina de Boa Vista – RR.

Apesar de a Lei de Execução Penal prever a reintegração social como objetivo da pena, os índices de participação em atividades educacionais ainda são baixos: apenas 16,18% no Brasil e 6,47% em Roraima (SISDEPEN, 2022). Esse cenário mostra a importância de ampliar as oportunidades de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no sistema prisional.

A pesquisa envolveu mulheres encarceradas, educadores e gestores, buscando compreender demandas, barreiras e possibilidades para a oferta de cursos. Os resultados apontam desafios como a falta de espaços adequados para aulas práticas e a baixa oferta de formação, principal barreira citada por 84,62% das internas.

A proposta tem como finalidade ser um instrumento técnico que reúna experiências exitosas e ofereça orientações práticas para a implementação de ações de EPT no sistema prisional feminino de Roraima. Considerando os desafios estruturais, as demandas do mundo do trabalho e a realidade educacional das mulheres privadas de liberdade na Cadeia Pública Feminina de Boa Vista, ele propõe alternativas viáveis para a oferta de cursos de qualificação, com foco na remição de pena, reinserção social e valorização das internas. Destina-se a gestores, educadores e instituições parceiras, como o IFRR e o SENAI, buscando contribuir para uma educação mais inclusiva e transformadora no contexto prisional.

O Guia reúne dados da pesquisa, fundamentos teóricos e orientações práticas para ajudar educadores, gestores e instituições parceiras a planejar cursos profissionalizantes alinhados à realidade prisional. Está organizado em quatro módulos principais:

Módulo 1: Contexto do Sistema Prisional Feminino e a Educação Profissional e Tecnológica, que apresenta o panorama geral e os fundamentos do tema.

Módulo 2: Experiências Exitosas de Educação Profissional e Tecnológica no Sistema Prisional, reunindo exemplos e práticas que já deram certo.

Módulo 3: Desafios e Soluções para a Implementação de Cursos Profissionalizantes e Tecnológicos, discutindo barreiras reais e estratégias para superá-las.

Módulo 4: Planejamento e Avaliação de Programas de Educação Profissional e Tecnologia com orientações práticas para estruturar ações educativas no contexto prisional. Mais do que um resultado acadêmico, este material pretende ser um instrumento de transformação social, promovendo autonomia e reinserção por meio da educação.

MÓDULO 1

Contexto da Unidade Penal Feminina e a Educação Profissional e Tecnológica .



Neste módulo você vai conhecer a cadeia pública feminina como um possível espaço educacional, analisando seus desafios e potencialidades. Em seguida, veremos os fundamentos teóricos da Educação Profissional e Tecnológica, entendendo como eles se aplicam nesse contexto. Por fim, vamos refletir sobre o olhar dos diferentes grupos pesquisados - internas, educadores e gestores, cujas percepções fundamentam nossas propostas.

1.1

A CADEIA PÚBLICA FEMININA DE BOA VISTA COMO ESPAÇO EDUCACIONAL

Esta é a Frente da Unidade Prisional Cadeia Pública Feminina de Boa Vista/RR, aonde realizamos a pesquisa que vamos te apresentar



Fonte: arquivo da autora. (2025)



A pesquisa aconteceu na Cadeia Pública Feminina de Boa Vista, que é o único lugar em Roraima feito exclusivamente para mulheres em situação prisional. Ela fica no bairro Asa Branca e abriu as portas em 2006.

É importante saber alguns dados do local, onde aconteceu a pesquisa, para entender melhor o contexto e as necessidades de quem vive lá.



Sobre o Local da Pesquisa



Capacidade:

343 internas

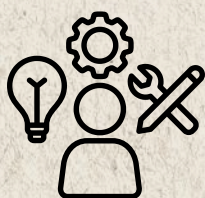
População no período da pesquisa: cerca de 157 internas



Estrutura da Unidade

A unidade conta com alguns espaços importantes:

- 3 salas de aula
- Sala de informática com 16 notebooks
- Ateliê de costura (estava inativo no período)
- Quadra esportiva
- Unidade de saúde com atendimento médico e psicológico



Impacto:

Essa ocupação menor contribuiu para um ambiente mais organizado e com melhores condições de higiene.

Desafios Identificados



Apesar da estrutura física com locais bem equipados, ainda há limitações:

Falta de espaços adequados para aulas práticas

- Oferta restrita de cursos profissionalizantes
- Na pesquisa, 84,62% das internas apontaram a falta de oportunidades de formação como a principal barreira para avançar.

*Ateliê de Costura dentro da Cadeia
Pública feminina-Boa vista-RR*



*Sala de Aula na Unidade Prisional
Cadeia Pública Feminina de Boa Vista-RR*



*Sala de Informática na Unidade Prisional
Cadeia Pública Feminina de Boa Vista-RR*



Quadra esportiva



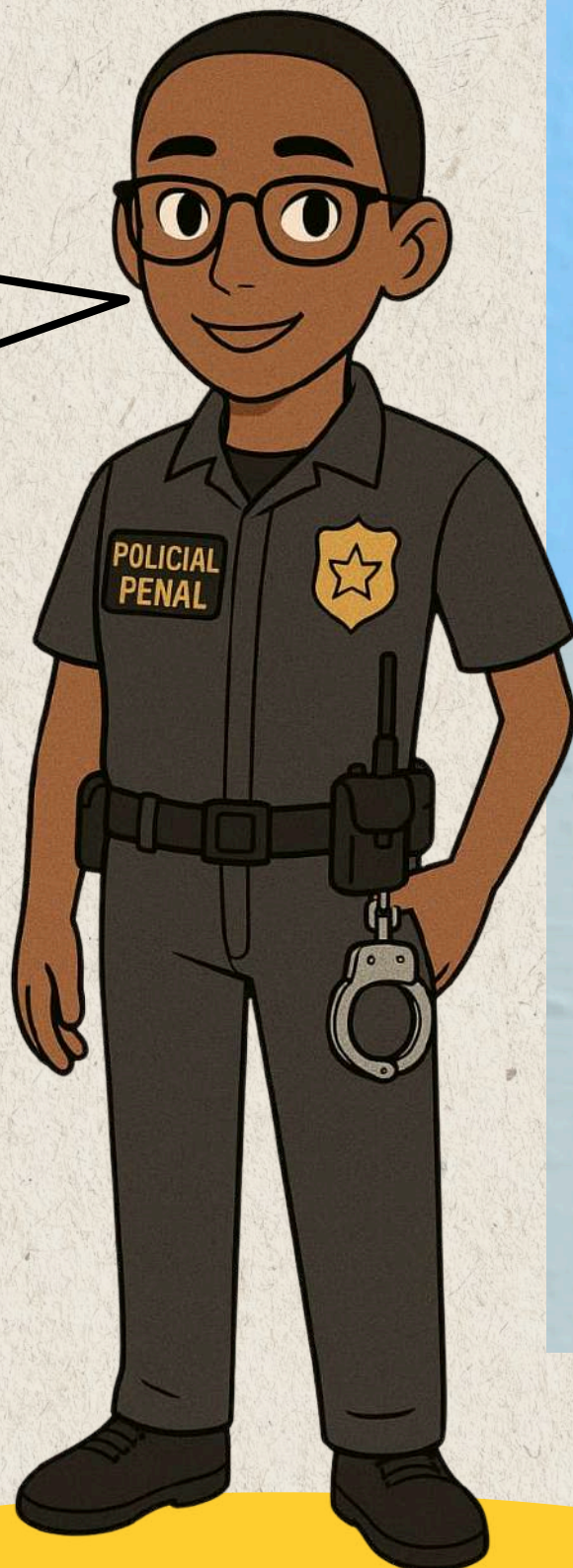
Fonte das imagens: arquivo da autora. (2025)

A Unidade Prisional Cadeia Pública Feminina de Boa Vista/RR dispõe desses espaços para o desenvolvimento de atividades educativas.



Para elaborar este guia e entender melhor o que as mulheres precisam, o que atrapalha e o que pode melhorar na educação profissional lá dentro, conversamos com três grupos:

As mulheres privadas de liberdade, os professores e os coordenadores de instituições parceiras como IFRR, SENAI, e servidores do sistema prisional.



1. MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE –

VOZES E ASPIRAÇÕES

A pesquisa envolveu 65 mulheres privadas de liberdade do regime fechado e semiaberto. A maioria são mulheres adultas, mas que nunca tiveram emprego formal. Elas possuem de 3 a 5 filhos. 92,31% demonstraram interesse em cursos profissionalizantes e 84,62% apontaram a baixa oferta de cursos como principal obstáculo.

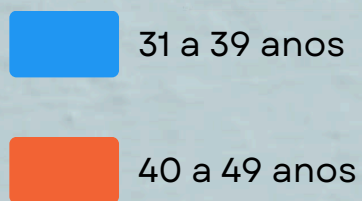
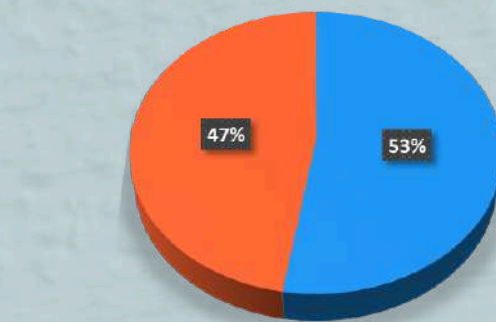


Fonte: Rebeca Bastos/Arquivo/Secom-RR (2022)



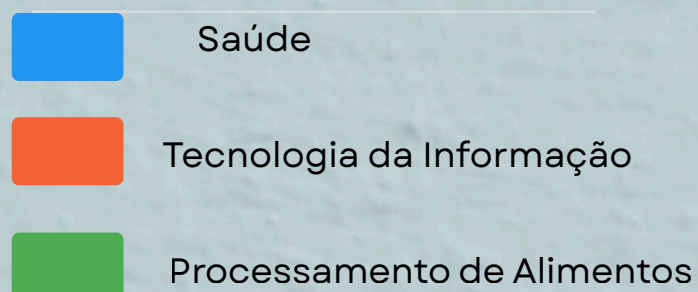
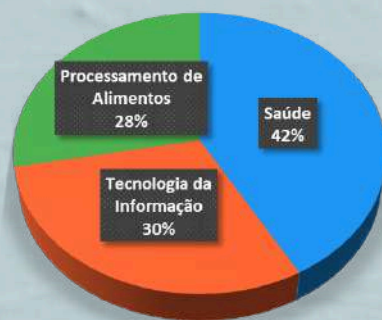
Pelos gráficos aqui apresentados é possível perceber as o perfil de faixa etária e as áreas de formação e ocupação que despertam maior interesse das mulheres da unidade prisional colaboradoras da pesquisa.

Faixa Etária das Detentas



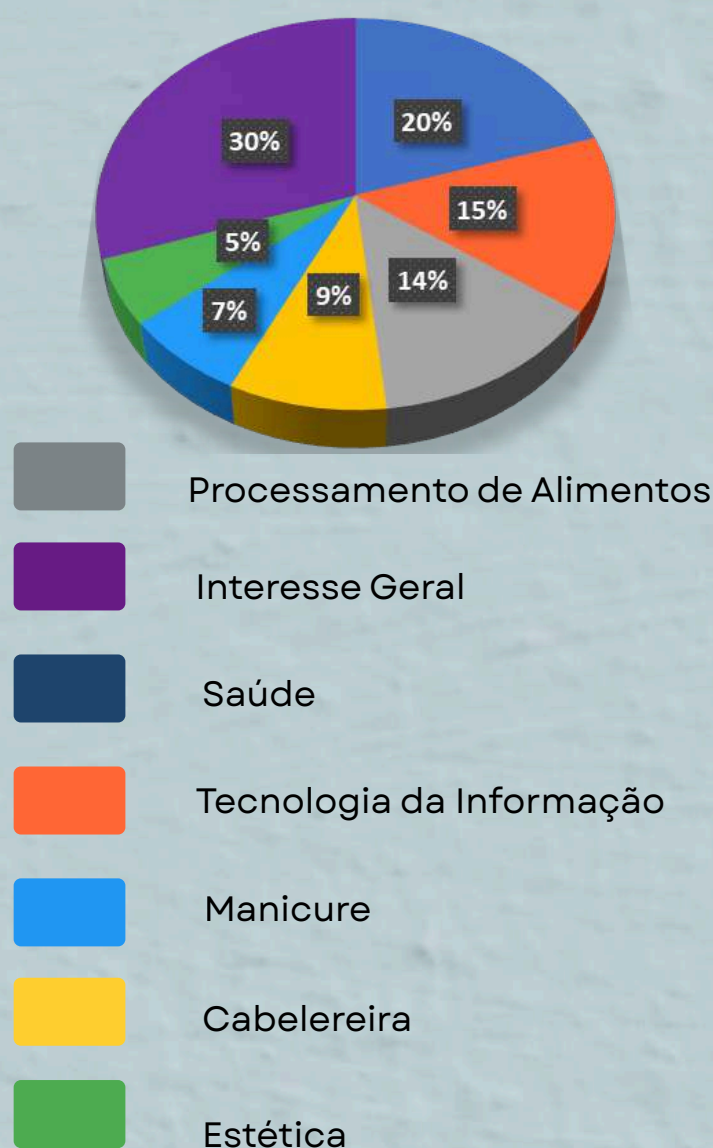
Fonte: Dados da Pesquisa (2025)

Interesse das Detentas por Áreas de Cursos



Fonte: Dados da Pesquisa (2025)

Interesse em Cursos Profissionalizantes e Tecnológicos



Fonte: Dados da Pesquisa (2025)

A pesquisa foi posteriormente refinada para detalhar melhor os interesses das detentas, permitindo um pensar em um projeto mais alinhado às suas necessidades e o levantamento realizado revelou interesses significativos em diferentes áreas de qualificação.

Os indicadores são fundamentais para o planejamento educacional para as mulheres, pois demonstram a diversidade de perfis, motivações e expectativas das internas em relação ao seu futuro fora das grades.

Compreender e mapear esses interesses é essencial para garantir a pertinência social e a efetividade pedagógica dos programas oferecidos e amplia as possibilidades de inserção no mercado de trabalho pós-cárcere, elemento fundamental para romper ciclos de reincidência e exclusão social. Como destaca Ciavatta (2014), a formação profissional deve articular saberes técnicos e experiências de vida, garantindo uma educação integral que respeite e valorize os sujeitos em sua totalidade. No contexto prisional, isso significa reconhecer a mulher privada de liberdade como cidadã em potencial, capaz de aprender, trabalhar e reconstruir sua trajetória com autonomia e dignidade.

“A seguir, serão apresentadas propostas para enfrentar os problemas identificados e indicar possíveis soluções.”

PROPOSTAS



Alternativa Proposta: Ampliar a oferta de cursos por meio de parcerias regulares com instituições como SENAI e IFRR; utilizar salas ociosas como o ateliê e sala de informática.



Alternativa Proposta: Realizar levantamento contínuo de interesses e alinhar os cursos ofertados às demandas identificadas na unidade.



2. Educadores da Unidade Escolar Prisional

DESAFIOS E POTENCIAIS

Os educadores destacaram comprometimento com a formação integral das reeducandas, mas relataram desafios como falta de estrutura, materiais e planejamento integrado.



Fonte: Arquivo Assessoria de Comunicação Social do Ministério Público do Estado de Roraima (2022)



Alternativa Proposta: Criação de um plano interinstitucional permanente, com cronograma fixo e metas de execução compartilhadas entre IFRR, SEJUC e SENAI.



Alternativa Proposta: Institucionalizar a escuta das internas por meio de questionários semestrais e conselhos pedagógicos com representação das reeducandas.



3. Gestores e Instituições Parceiras

ARTICULAÇÃO E VIABILIDADE

Os gestores do sistema prisional e representantes de instituições de educação relataram que a oferta de cursos ainda é pontual e dependente de recursos limitados. Espaços como a sala de informática e o ateliê estão subutilizados.



Alternativa Proposta: Implementação de um plano de EPT contínuo, com alocação orçamentária fixa e pactuação de metas entre os órgãos envolvidos.



Alternativa Proposta: Mapear os espaços disponíveis, adequá-los com equipamentos básicos e incluir esses espaços no cronograma pedagógico anual.

1.2 Educação Profissional e Tecnológica no Cárcere: Por que falar em Integralidade, Politecnia e Omnilateralidade?



Para compreender o papel transformador da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no sistema prisional feminino, é essencial entender os princípios que orientam sua proposta pedagógica.

A EPT, como defendida nas políticas públicas brasileiras e em autores clássicos da área, deve promover uma formação integral, crítica, emancipadora e socialmente significativa – especialmente para populações historicamente excluídas, como as mulheres privadas de liberdade.

A educação no cárcere não pode se restringir à capacitação técnica fragmentada, desarticulada da realidade social. Ela precisa dialogar com os direitos humanos e com a construção de autonomia, reconhecendo a pessoa privada de liberdade como sujeito de direitos e de saberes.

Segundo Freire (1996), não há saber mais ou saber menos: há saberes diferentes. Assim, é necessário construir uma pedagogia que valorize as experiências prévias, fortaleça a autoestima e crie condições reais de reinserção social.

A seguir, apresentamos os três fundamentos centrais da EPT, com base em autores como Ciavatta (2014), Moura (2013), Saviani (2007) e Freire (1996), mostrando como eles se relacionam diretamente com os achados da pesquisa realizada na Cadeia Pública Feminina de Boa Vista - RR.



“Trabalho e educação são atividades essencialmente humanas, que se articulam na formação do sujeito.”
Saviani (2007, p.153)

Formação Integral

Educação que visa o desenvolvimento completo do ser humano, considerando aspectos físicos, intelectuais, emocionais, éticos e sociais. Vai além da técnica, preparando para a vida, fortalecendo a autoestima e permitindo a reconstrução de projetos de vida.

“Educar para a vida – não só para o trabalho
Ciavatta (2014).”

“Formação integrada significa mais do que uma forma de articulação entre ensino médio e educação profissional. Ela busca recuperar, no atual contexto histórico, a totalidade do ser humano em sua”
Ciavatta (2014, p.197)

Politecnia

Propõe a integração entre teoria e prática, unindo trabalho manual e intelectual. Valoriza saberes prévios e promove uma formação crítica e ampla, que reconhece competências existentes e amplia possibilidades de inserção no mundo do trabalho.

“Unir saberes e práticas para transformar vidas
Ciavatta (2014).”

“O termo politecnia remete à união entre estudo e trabalho, entre conhecimento e prática, superando a divisão social do trabalho”
Ciavatta (2014, p.189)

Educação Omnilateral

Busca o desenvolvimento humano em todas as dimensões: física, cognitiva, ética, emocional, estética e política. Forma sujeitos capazes de compreender e transformar sua realidade, com autonomia e consciência crítica.

“Educar para compreender, transformar e reconstruir
Moura (2013).”

“Omnilateralidade é uma educação pensada para os que constroem a sociedade – portanto, toda a classe trabalhadora, sem distinção.”

Moura (2013, p. 707)

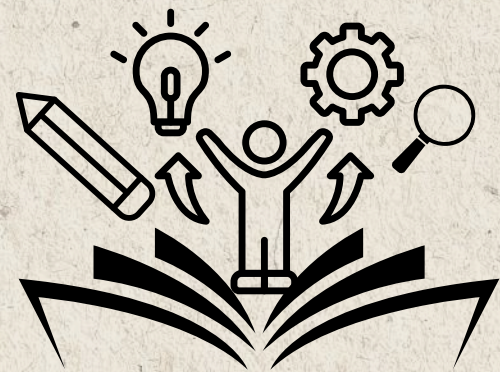
Tome nota!



A EPT no sistema prisional feminino não pode se limitar a habilitar para o trabalho. Ela precisa ser pensada como uma estratégia de reinserção social e de garantia de direitos humanos, respeitando a complexidade das trajetórias de vida das mulheres encarceradas e oferecendo oportunidades reais de transformação.

Educar para o trabalho é oferecer dignidade e novas oportunidades

A maioria das detentas com ensino médio em andamento ou completo (64,62%), antes da prisão, atuavam em ocupações informais ou estavam desempregadas, revelando barreiras ao trabalho formal e alta vulnerabilidade social. Nesse contexto, a EPT pode oferecer oportunidades reais de mudança de vida, ao qualificar para o mundo do trabalho.



1. Desenvolvimento de Habilidades Práticas

A EPT pode capacitá-las com habilidades demandadas pelo mercado, como informática básica e processamento de alimentos.

Cursos práticos abrem portas reais para o emprego

Exemplo: o alto interesse por Tecnologia da Informação (44,62%) e Processamento de Alimentos (41,54%) mostra a busca por áreas com aplicação imediata.



2. Aumento da Autoestima e Autonomia

Aprender uma profissão fortalece a confiança e oferece um novo projeto de vida.

Mais que aprender uma técnica, é reconstruir a autoestima

Dados mostram que 53,8% das detentas valorizam o aprendizado de novas habilidades.



3. Atendimento às Necessidades Familiares

Muitas mulheres precisam sustentar seus filhos e desejam cursos para atividades autônomas, como cabeleireira (27,69%) e manicure (21,54%).

Educação profissional ajuda a garantir o sustento da família

Essas formações permitem iniciar pequenos negócios ou atuar como autônomas, ampliando alternativas de renda.



4. Redução da Reincidência

A educação reduz a exclusão social, um fator ligado à reincidência criminal. Ao se qualificar, essas mulheres têm mais chance de inserção produtiva e cidadania.

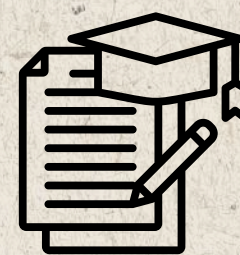
Quem aprende, sonha. Quem sonha, constrói novos caminhos

A EPT oferece não apenas formação técnica, mas também esperança e ferramentas para recomeçar. Ela atende ao perfil e às necessidades identificadas, criando possibilidades reais de reinserção social e rompendo ciclos de exclusão.



As limitações de infraestrutura identificadas anteriormente impactam diretamente a viabilidade de oferecer cursos profissionalizantes na unidade. Enquanto alguns cursos podem ser implementados de forma imediata, aproveitando os espaços já disponíveis, outros dependem de adaptações estruturais ou do estabelecimento de parcerias externas para se tornarem possíveis.

Entre os cursos viáveis no curto prazo, destaca-se a Tecnologia da Informação (Informática Básica), que aproveita a sala de informática disponível. Com 16 notebooks, é possível atender grupos em turnos, oferecendo conteúdos como Windows, Word, Excel e internet, que são habilidades valorizadas no mercado.



Essa formação é particularmente importante, considerando o interesse de 44,62% das detentas na área. Também podem ser realizados imediatamente cursos teóricos de Educação Financeira e Empreendedorismo, usando as salas de aula já disponíveis. Esses conteúdos são relevantes para mulheres que desejam abrir pequenos negócios ou trabalhar como autônomas, especialmente em atividades como cabeleireira ou manicure. Outra opção viável são cursos teóricos de Saúde e Bem-Estar, que podem acontecer na unidade de saúde, abordando temas como primeiros socorros e higiene, atendendo ao interesse de 61,54% das internas nessa área.

Por outro lado, existem cursos que exigem adaptações estruturais para serem viabilizados. O Processamento de Alimentos, por exemplo, enfrenta o obstáculo da ausência de uma cozinha equipada. Para oferecer formações como salgadeira ou panificação, seria necessário adequar um espaço com fogões, pias e utensílios, ou firmar parcerias para trazer unidades móveis, como as oferecidas pelo SENAI.

Alternativas para Superar Desafios

- Organização de Turmas: Criar um cronograma com turmas de 16 alunas, em turnos de 4 horas, para maximizar o uso da sala.
- Parcerias Educacionais: Firmar parcerias com o IFRR ou o SENAI para fornecer instrutores e materiais didáticos, como apostilas digitais.
- Expansão do Espaço: A longo prazo, aumentar o número de notebooks (ex.: para 30) ou criar uma segunda sala de informática pode atender mais detentas simultaneamente, reduzindo o tempo necessário para capacitar todas as interessadas.

Tome nota!



A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) se apresenta como ferramenta essencial para a ressocialização, conforme previsto na Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), que assegura a assistência educacional como dever do Estado. A remição de pena, prevista no art. 126 da LEP, permite que a interna reduza um dia de pena a cada 12 horas de estudo, distribuídas em pelo menos três dias. Assim, a oferta de cursos com carga horária mínima de 12 horas torna-se fundamental para garantir esse direito.

Dessa forma, o fortalecimento da EPT no sistema prisional feminino não apenas contribui para o desenvolvimento de habilidades profissionais, mas também representa uma via concreta para a redução da pena e a reinserção social, promovendo dignidade, autonomia e novos projetos de vida.

MÓDULO 2

Experiências Exitosas na Educação Profissional



Neste módulo, vamos conhecer experiências reais que mostram como a educação transforma vidas no sistema prisional. Vamos refletir juntos sobre desafios, conquistas e ideias para inspirar novos caminhos de ressocialização

Aqui você vai ver projetos como o Mulheres Mil e o Projeto Renascer, que servem de exemplo de como a capacitação pode gerar oportunidades concretas. Também vamos conferir trechos de entrevistas com profissionais e gestores que compartilham suas visões e experiências, enriquecendo nossa compreensão sobre como levar educação de qualidade para dentro das unidades prisionais.

2.1 Projeto Mulheres Mil: Educação, Dignidade e Transformação no Cárcere Feminino

Um dos exemplos mais marcantes de educação profissional bem-sucedida dentro do sistema prisional feminino é o Projeto Mulheres Mil, implementado pelo Instituto Federal de Roraima (IFRR) entre os anos de 2008 e 2011.



O Programa Mulheres Mil ofereceu cursos técnicos e oficinas práticas às reeducandas da Cadeia Pública Feminina de Boa Vista, com foco em áreas como informática, manipulação de alimentos e cozinha regional. O objetivo era claro: promover inclusão social, desenvolvimento de habilidades e fortalecimento emocional, possibilitando que essas mulheres pudessem vislumbrar novos caminhos após o cumprimento de suas penas.

De acordo com os dados da pesquisa realizada, 67,69% das detentas entrevistadas já participaram de cursos profissionalizantes e tecnológicos dentro da unidade, com destaque para as seguintes formações:



- Salgadeira – 24,62%
- Panificação – 23,08%
- Informática – 21,54%
- Saúde e Beleza – 20%



Esses cursos foram realizados por meio de parcerias com o SENAI e o IFRR, e foram amplamente valorizados pelas participantes, que reconheceram a importância de aprender uma profissão e se preparar para o mundo do trabalho. O impacto desses programas vai além das estatísticas: Veja no quadro abaixo.

Aspecto avaliado	Percentual (%)
Aumento de chance de conseguir trabalho após o cárcere	60
Desenvolvimento de novas habilidades e descoberta de talentos	53,8
Contribuição para ressocialização e reconstrução da auto-estima	40

Os dados demonstram que a maioria das mulheres reconhece na formação profissional um caminho concreto para reinserção no mercado de trabalho. A qualificação técnica surge como um diferencial importante para reduzir barreiras de empregabilidade que frequentemente afetam pessoas egressas do sistema prisional.

Mais da metade identificou ganhos diretos no aprendizado de novas competências, o que reforça o valor dos cursos não apenas como meios de certificação, mas como oportunidades de autoconhecimento e valorização pessoal. Isso evidencia o potencial dos programas para ampliar repertórios profissionais e criativos.

E por fim, quatro em cada dez mulheres perceberam mudanças subjetivas importantes, relacionadas à sua condição social e emocional. Isso sugere que a educação profissional pode ser um recurso de apoio psicológico, capaz de mitigar estigmas e favorecer trajetórias mais positivas no pós-cárcere.

Também foram ouvidas mulheres que participaram dos cursos, como a ex-detenta abaixo, cujo depoimento evidencia o impacto psicológico positivo dessas ações na trajetória de vida após o cárcere

Estudo de Caso – Ruth Silva: da cela à autonomia empreendedora



A trajetória de Ruth Silva é um testemunho vivo do potencial transformador da educação no cárcere. Acusada por associação ao tráfico em 2009, Ruth participou do curso de Cozinha Regional ofertado pelo Projeto Mulheres Mil, dentro da unidade prisional. A partir dessa formação, ela iniciou um processo de reestruturação pessoal e profissional.

Após sua absolvição, ingressou no mercado como auxiliar de cozinha. Com dedicação, tornou-se instrutora do SENAC, onde atuou por mais de 10 anos, formando centenas de mulheres em cursos de alimentação. Hoje, é microempreendedora em Boa Vista-RR e emprega outras mulheres em sua cantina escolar.

Em seu depoimento, ela destaca:

“Que o Estado, o sistema prisional foque mais em colocar educação lá dentro, para que elas possam se capacitar, buscar ter melhoria de vida, para que elas tenham sonhos, para que os sonhos delas não morram ali dentro...”

Sua história confirma que a oferta de educação profissional, quando articulada a políticas públicas e apoio institucional, pode se tornar uma verdadeira ponte entre o cárcere e a liberdade, entre o passado e um novo projeto de vida.



Você pode acompanhar a **trajetória completa de Dona Ruth**, desde o cárcere até sua reinserção social por meio da educação profissional e tecnológica – **acessando a entrevista completa através do link disponível:**
<https://youtu.be/jqnN54DluqY>

Tome nota!



O Projeto Mulheres Mil comprova que oferecer educação profissional e tecnológica no sistema prisional feminino vai muito além de preparar para o trabalho: é uma verdadeira formação para a vida. Seus resultados expressivos e suas metodologias inovadoras fazem dele um exemplo de sucesso, capaz de transformar trajetórias e fortalecer a dignidade das mulheres em situação de cárcere. Trata-se de uma experiência inspiradora e bem-sucedida, que pode – e deve – ser adaptada e replicada em diferentes unidades prisionais do Brasil, ampliando oportunidades e promovendo uma reinserção social efetiva.

2.2 – Projeto Renascer: A visão da gestão pública



O que é o Projeto

Iniciado em 2019, o Projeto Renascer transformou uma garagem abandonada em um centro de capacitação com nove oficinas, como mecânica, barbearia e serralheria, empregando 35 reeducandos com salário mensal. Em parceria com o SENAI, o projeto oferece cursos profissionalizantes, funcionando como uma “escola técnica” do sistema prisional (Entrevista, Hércules Pereira, 08/05/2025). Embora focado inicialmente no sistema masculino, o modelo pode inspirar iniciativas similares na Cadeia Pública Feminina, adaptadas às necessidades das detentas, como oficinas de costura ou culinária.

Desde a intervenção federal de 2018, o sistema prisional avançou com reformas e parcerias, como o PRONATEC PRISÕES, que certificou 320 reeducandos em 2022-2023 em parceria com o SENAI, e os laboratórios de informática em parceria com a AJUFER, responsáveis por mais de 1.200 certificados emitidos.

O Projeto Renascer, considerado o programa mais emblemático segundo o Secretário, foi implementado com apoio da AJUFER e do Instituto Mundo Melhor. Transformou um espaço abandonado em uma verdadeira escola técnica, com nove oficinas ativas nas áreas de marcenaria, barbearia, panificação, serralheria, agricultura, cozinha industrial, costura, pintura e reciclagem de materiais, e manutenção predial, empregando mais de 35 internos em atividades remuneradas.

Pereira destacou os impactos positivos, como a mudança de comportamento, a redução do ócio e dos conflitos, e a melhoria do ambiente institucional:

“A educação vem justamente para apresentar um futuro”

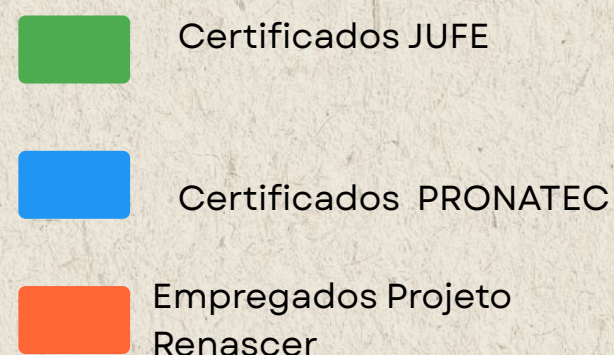
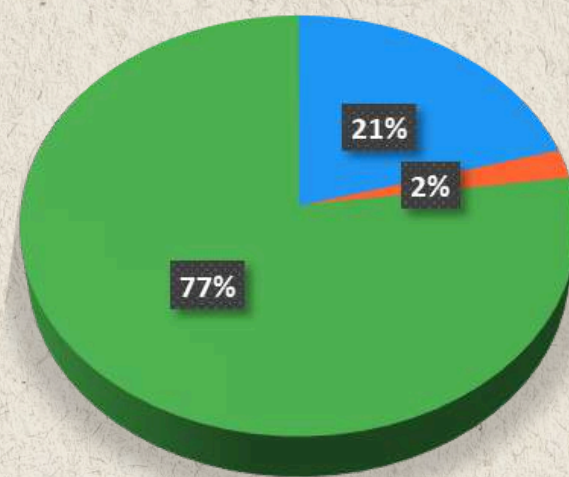
Os maiores desafios envolveram conquistar a confiança de parceiros externos, superados por diálogo e demonstração de resultados concretos. A certificação dos internos é registrada e enviada às famílias, fortalecendo vínculos afetivos e a autoestima dos participantes.



Acesse a entrevista completa através do link disponível:

<https://youtu.be/uiiNrrLJ2P8>

Essa estratégia da busca de parceria demonstrou eficácia não apenas na ampliação de um trabalho colaborativo, mas também na qualificação oferecida aos internos.



As estatísticas reforçam o impacto positivo dessas iniciativas: 77% dos certificados foram emitidos em parceria com a JUFE, 21% por meio do PRONATEC PRISÕES, e o Projeto Renascer garantiu a empregabilidade de 21% dos participantes em atividades remuneradas dentro do sistema. Além disso, a prática de registrar as certificações e enviá-las às famílias fortalece os vínculos afetivos e contribui para aumentar a autoestima dos reeducandos, demonstrando que a educação no cárcere pode ser um caminho real para reconstruir laços sociais e preparar para uma reintegração mais digna e efetiva.

MÓDULO**3****Desafios e Propostas para a
Implementação de
Cursos Profissionalizantes e
Tecnológicos**

Este módulo foi elaborado para apoiar profissionais, gestores e educadores na reflexão sobre os principais obstáculos enfrentados na oferta de educação profissional e tecnológica no sistema prisional feminino.

Apresentamos aqui um panorama detalhado dos desafios estruturais, pedagógicos e logísticos identificados em campo, bem como alternativas práticas e inovadoras para superá-los. A proposta é oferecer subsídios para o planejamento de ações mais eficazes e humanizadas, capazes de ampliar as oportunidades de formação para mulheres privadas de liberdade e contribuir para sua ressocialização.

Convidamos você a estudar este conteúdo com olhar crítico e propositivo, buscando, junto conosco, caminhos para transformar a educação profissional em um instrumento real de dignidade, autonomia e reintegração social.



É importante abordarmos os principais desafios para oferecer cursos na unidade penal feminina e pensar em propostas práticas para tornar essa formação profissional e tecnológica uma realidade para todas!



1. Infraestrutura e Barreiras à Formação Profissional

A unidade prisional possui três salas de aula, uma sala de informática equipada com 16 notebooks e um ateliê de costura (atualmente inativo). No entanto, há carência de espaços adequados para aulas práticas, como cozinha ou marcenaria.

Além das limitações físicas, 84,62% das detentas indicaram a pouca oferta de cursos como a principal barreira para a formação profissional. Outros 10,77% mencionaram restrições impostas pela unidade prisional, dificultando ainda mais o acesso aos cursos.



2. Desafios Docentes e Gestores

A professora P2 relatou a tensão ao lidar com a instabilidade emocional das alunas e a falta de acompanhamento diário de agentes penitenciários na unidade móvel de panificação.

O professor P1 mencionou dificuldades logísticas, como a falta de materiais e a necessidade de adaptar o conteúdo ao contexto prisional.

A Diretora (N.B.G.) e a Chefe do Serviço Operacional (D.P.S.) classificaram a oferta educacional como “boa, mas com limitações”, especialmente por restrições financeiras e escassez de espaço físico.

Alternativas Propostas



Elabore um plano para a reativação do ateliê de costura da Cadeia Pública Feminina de Boa Vista, considerando as exigências de regulamentação trabalhista e as possibilidades pedagógicas para oferecer cursos de costura e design de moda.

Propor a ampliação da oferta de cursos e parcerias com empresas e instituições de ensino,

Adaptação da infraestrutura, como o uso de espaços existentes em regime de revezamento e a reativação do ateliê de costura.

Criação de processos seletivos mais rigorosos para identificar detentas com real interesse em aprender.

Oferta de cursos que promovam autoestima, como maquiagem, culinária e corte e costura.

Conforme Ruth Silva destacou: **“O sistema precisa oferecer cursos de capacitação e autoestima, porque muitas detentas só precisam de uma oportunidade”** (Entrevista, 18/04/2025).

Pense em etapas como:



Diagnóstico inicial: Levantamento das condições físicas do ateliê, identificação de equipamentos disponíveis e avaliação das adaptações necessárias para garantir segurança e conforto.

Aspectos legais: Verificação das normas trabalhistas e educacionais aplicáveis, incluindo questões de remuneração ou remição de pena para as internas participantes.



Parcerias estratégicas: Contato com instituições como SENAI, SENAR, cooperativas ou ateliês locais para apoio técnico, doação de materiais ou cessão de instrutores qualificados.



Desenho do currículo: Definição de módulos práticos (modelagem, corte, costura industrial, customização) e teóricos (empreendedorismo, design de moda, precificação), adaptados ao contexto prisional.

Organização pedagógica: Estruturação de turmas, cronograma de aulas, seleção criteriosa das alunas com real interesse e acompanhamento do progresso individual.



Sustentabilidade: Planejamento para manutenção de máquinas, reposição de insumos e viabilidade de produção própria ou comercialização de peças confeccionadas.

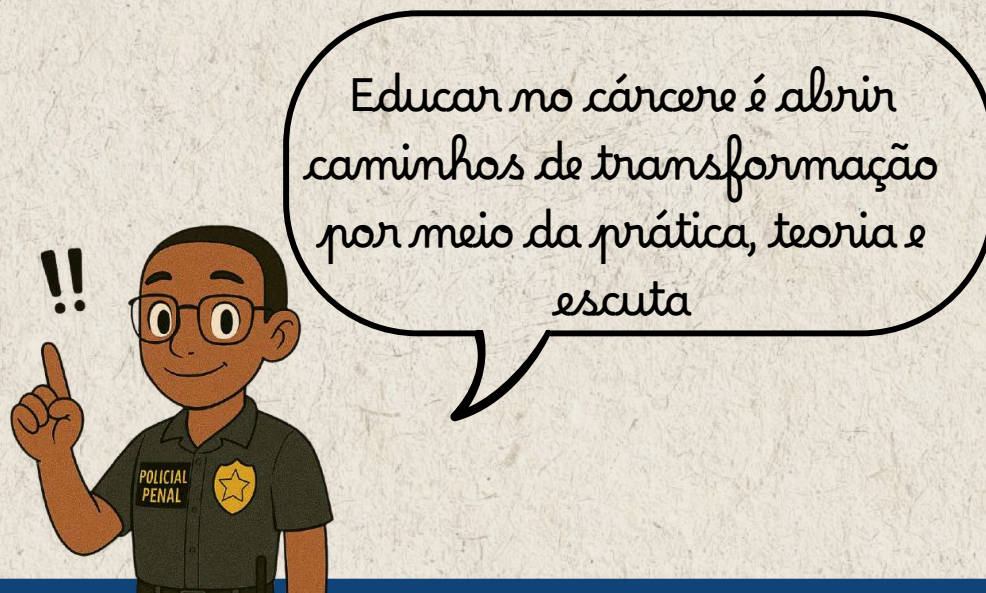


Resultados esperados: Desenvolvimento de habilidades técnicas, fortalecimento da autoestima e criação de oportunidades reais de trabalho ou geração de renda após o cumpri-

MÓDULO**4****Planejamento e Avaliação de
Programas de Educação
Profissional e Tecnológica**

Este módulo aprofunda as metodologias e abordagens pedagógicas mais adequadas para a educação profissional e tecnológica (EPT) no sistema prisional feminino, enfatizando práticas participativas, integradoras e contextualizadas. Aborda também estratégias de avaliação que consideram não apenas o aprendizado técnico, mas também os impactos sociais e emocionais sobre as participantes. Por fim, o módulo apresenta perspectivas e propostas concretas para a expansão e o fortalecimento de programas de EPT, com base em dados reais, experiências exitosas e contribuições de profissionais da área.

4.1 Programas de EPT



1. Princípios Pedagógicos e Abordagens de Ensino

A metodologia e as abordagens pedagógicas devem ser participativas e práticas, fundamentadas nos princípios da educação integral, politécnica e omnilateral. Os cursos devem incluir atividades práticas essenciais, como oficinas de informática ou manipulação de alimentos, para o desenvolvimento de habilidades concretas e devem ser complementados por módulos teóricos que abordem temas cruciais como direitos trabalhistas e empreendedorismo, visando preparar as detentas para o mundo do trabalho.

2. Avaliação de Impacto e Sucesso dos Programas

A avaliação dos programas é fundamental para medir sua eficácia e impacto. Métodos robustos devem ser empregados para garantir um *feedback* abrangente.

Métodos de Avaliação: Utilize questionários de satisfação, entrevistas de feedback e relatórios de progresso individual para coletar dados. Esses métodos são importantes porque permitem avaliar não apenas o aprendizado técnico das participantes, mas também aspectos como motivação, autoestima e expectativas em relação ao futuro. Eles fornecem informações valiosas para ajustar os conteúdos e as estratégias pedagógicas, garantindo que os cursos atendam de forma mais eficaz às necessidades reais das detentas e fortaleçam o objetivo maior de reintegração social.

Percepções das Detentas: Considere a opinião do público-alvo, no caso desta pesquisa ficou perceptível a importância dessas ações formativas, pois 60% das detentas acreditam que a educação melhora as oportunidades de inserção no mundo do trabalho, e 40% destacaram seu papel na ressocialização social.

Foco da Avaliação: A avaliação deve considerar tanto os resultados práticos (habilidades adquiridas) quanto os impactos sociais e psicológicos (autoestima, esperança).

Nos resultados práticos, é essencial verificar se as participantes realmente desenvolveram as competências técnicas previstas no curso, como o domínio de ferramentas digitais, técnicas de costura ou conhecimentos de empreendedorismo. Essa verificação garante que o aprendizado tenha aplicação real no mercado de trabalho, ampliando as chances de inserção profissional ao deixarem o sistema prisional.

Já os impactos sociais e psicológicos dizem respeito a transformações mais profundas, como o fortalecimento da autoestima, o resgate da identidade cidadã e o desenvolvimento de perspectivas de futuro. Avaliar esses aspectos é fundamental para entender se a formação está cumprindo seu papel de reduzir o estigma, promover a reintegração social e oferecer às mulheres privadas de liberdade a oportunidade de reconstruir suas trajetórias de vida com mais segurança e dignidade.

3. Exemplo Prático: Curso de Informática Básica

Um programa de informática básica pode ser um modelo eficaz para cursos profissionalizantes.

Estrutura do Curso: Pode ser estruturado para detentas com ensino médio, utilizando a sala de informática existente com 16 notebooks.

Conteúdo: Deve combinar atividades teóricas (ex.: introdução a sistemas operacionais) e práticas (ex.: uso de editores de texto).

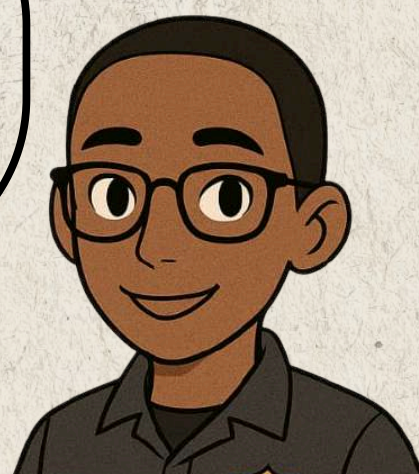
Duração: A duração deve ser ajustada às necessidades da unidade prisional.

Parcerias Estratégicas: Parcerias, como a estabelecida com a AJUFE/Instituto Mundo Melhor (que já capacitou mais de 1.200 reeducandos), podem fornecer recursos valiosos como apostilas digitais e vídeos tutoriais.

Foco da Avaliação: A avaliação deve focar em habilidades práticas e feedback das participantes, visando prepará-las para oportunidades no mercado de trabalho.

4.2 Perspectivas Futuras e Ampliação de Oportunidades

Para garantir a efetividade e o alcance da EPT, é fundamental focar na expansão e na criação de ambientes propícios ao aprendizado prático:



Estratégias para a Expansão e Diversificação da EPT Prisional

Para assegurar a eficácia e o impacto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no sistema prisional, é fundamental focar em duas áreas principais: a ampliação de parcerias estratégicas e a criação de ambientes de aprendizado prático. Essas ações são cruciais para oferecer às egressas oportunidades reais de qualificação e inserção no mercado de trabalho.

Expansão de Parcerias

É crucial ampliar as parcerias com instituições de ensino como SENAI, SENAR, UFRR e UERR, além de firmar colaborações com empresas para aumentar significativamente a inserção das egressas no mundo do trabalho. Parcerias bem estruturadas podem viabilizar, por exemplo, a doação de materiais didáticos e equipamentos, a cessão de instrutores qualificados, a oferta de oficinas móveis e até a inserção de egressas em programas de empregabilidade e empreendedorismo. Além disso, colaborações com universidades permitem desenvolver pesquisas aplicadas, avaliar impactos e aprimorar metodologias pedagógicas.

Entre as possibilidades de implementação da Educação Profissional e Tecnológica no contexto prisional, destaca-se a oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), voltados ao desenvolvimento de habilidades específicas para o trabalho. Com duração reduzida e foco prático, essa modalidade possibilita às internas uma qualificação rápida e aplicável, além de poder ser articulada a formações mais longas ao longo do tempo.

Criação de Novos Espaços:

A reativação do ateliê de costura e a criação de novos espaços dedicados a aulas práticas (como cozinhas e marcenarias) são passos importantes para diversificar a oferta de cursos e proporcionar aprendizado mais completo.

Fundamentação das Políticas Públicas em EPT

A criação de políticas públicas eficazes para a Educação Profissional e Tecnológica no sistema prisional deve ter uma base sólida:

Base Legal e Evidências: As políticas devem se fundamentar não apenas nas diretrizes legais já existentes (como a LEP e a Lei nº 13.163/2015), mas, primordialmente, em evidências concretas que demonstram a eficácia da EPT na redução da reincidência, no aumento da autoestima e na preparação para o mundo do trabalho.

A Visão Transformadora da Educação no Cárcere

A educação é um pilar fundamental na ressocialização e transformação de indivíduos privados de liberdade. Como destaca Paulo Freire (1996), a educação é um ato político que contribui para a autonomia dos sujeitos e para a construção da cidadania. No contexto prisional, ela representa uma via para a reconstrução de trajetórias de vida interrompidas pela exclusão social e pelo encarceramento.

Autores como Dermeval Saviani (2007) e Maria Ciavatta (2014) reforçam que a educação profissional deve estar articulada a uma formação integral e omnilateral, considerando as dimensões humana, ética, cognitiva, social e cultural. Assim, o ambiente educativo no cárcere não deve se limitar à transmissão de conteúdos técnicos, mas promover uma aprendizagem significativa que resgate a autoestima, promova o pertencimento e amplie as possibilidades de reinserção social e econômica.

A experiência das mulheres privadas de liberdade, marcada por múltiplas vulnerabilidades, requer práticas pedagógicas sensíveis, dialógicas e comprometidas com a emancipação. A oferta de cursos profissionalizantes deve reconhecer os saberes prévios dessas mulheres, criando condições para que elas possam desenvolver novas competências e visualizar novos projetos de vida.

Portanto, a educação no cárcere, pautada por princípios de integralidade, equidade e respeito à dignidade humana, torna-se instrumento essencial para romper ciclos de reincidência e exclusão. Ela é, acima de tudo, uma aposta na transformação e na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

impacto Comprovado:

O Secretário de Justiça e Cidadania do Estado de Roraima, Hércules Pereira, destacou em maio de 2025 que a mudança de comportamento dos reeducandos é perceptível logo nas primeiras semanas de participação nos cursos profissionalizantes, sendo este um dos principais argumentos para a defesa da ampliação e institucionalização desses programas.

“A educação vem justamente para apresentar um futuro. [...] Nosso objetivo é fazer com que o sistema prisional deixe de ser apenas um lugar de punição e passe a ser um ambiente de transformação.” - Hércules Pereira (2025)

Essa declaração evidencia a relevância estratégica da educação como instrumento de política pública. Ao propor a superação do modelo punitivista tradicional, o Secretário sinaliza o papel central da educação na reconfiguração institucional do sistema prisional, promovendo ambientes mais humanizados, com menor reincidência e maior reintegração social. A visão defendida por Pereira converge com os princípios da formação integral e da justiça restaurativa, reforçando a necessidade de investir em programas permanentes, estruturados e integrados de Educação Profissional e Tecnológica no cárcere



Com base na fala do Secretário e na experiência consolidada do Projeto Remascer E Mulheres Mil as políticas públicas devem incorporar os seguintes princípios-chave

Princípios Essenciais para Políticas Públicas em EPT

Integração e Colaboração

Promover a integração entre segurança e educação, permitindo que agentes e educadores trabalhem de forma colaborativa, é fundamental para garantir um ambiente propício à aprendizagem, à convivência respeitosa e à efetividade das ações educativas no sistema prisional. Essa articulação fortalece o acesso contínuo às atividades educativas, pois quando há diálogo entre os setores, os educadores conseguem desenvolver suas atividades sem interrupções indevidas, e os agentes de segurança passam a compreender o valor pedagógico dos cursos, facilitando o deslocamento das internas e o cumprimento dos horários.

Essa colaboração facilita a construção de um projeto educativo coletivo alinhando expectativas, planos de rotina criando protocolos integrados e garantir que todos os profissionais da unidade reconheçam a importância da EPT na ressocialização das mulheres privadas de liberdade.

Parcerias Sistemáticas

Estabelecer parcerias sistemáticas com instituições de ensino (como o IFRR, UFRR, UERR, SENNAR e o SENAI) que ofereçam certificações reconhecidas e oportunidades reais de formação, considerando que essas instituições emitem certificados oficiais reconhecidos pelo mercado de trabalho, o que garante credibilidade à formação recebida pelas detentas. Ao deixarem a unidade prisional, essas mulheres têm em mãos um documento que comprova suas competências técnicas, aumentando as chances de inserção em empregos formais ou autônomos.

EPT: Uma Política Estratégica para o Desenvolvimento Humano

As evidências e contribuições de gestores e profissionais da área reforçam a importância da EPT. Sua implementação sistemática no sistema prisional é capaz de gerar benefícios duradouros, impactando diretamente a dignidade, a autoestima e as oportunidades de vida das reeducandas. A EPT transcende o papel de simples capacitação técnica: ela oferece uma chance real de reconstrução de trajetórias, de reconfiguração identitária e de reintegração social. Quando vinculada a políticas públicas de empregabilidade e à garantia de direitos, ela contribui para a redução da reincidência criminal e para o fortalecimento da cidadania plena.

Reconhecimento Estratégico:

Propõe-se que a EPT seja reconhecida como uma política estratégica de segurança pública, justiça social e desenvolvimento humano, demandando investimentos contínuos e metas concretas de inclusão educativa para todas as pessoas privadas de liberdade. Investir na EPT é não apenas uma questão de justiça social, mas uma estratégia eficaz de segurança pública e de desenvolvimento sustentável. A valorização do potencial humano das mulheres privadas de liberdade, por meio da educação profissional, deve ser reconhecida como um compromisso ético e institucional de toda a sociedade.

Continuidade e Sustentabilidade:

Garantir a continuidade e sustentabilidade dos cursos, assegurando um orçamento específico para a educação prisional. A destinação de recursos financeiros estáveis permite o planejamento de longo prazo, a manutenção de infraestrutura adequada, a formação continuada de educadores e a aquisição de materiais didáticos. Além disso, fortalece o compromisso do Estado com o direito à educação e com políticas de inclusão social, demonstrando que a EPT é parte integrante das estratégias nacionais de desenvolvimento humano e justiça restaurativa.

Centros de Educação Permanentes:

Criar centros de educação técnica permanentes dentro das unidades prisionais, com estrutura própria e equipe pedagógica capacitada, pois ter um centro técnico permanente garante que a oferta de cursos não seja pontual ou eventual, mas constante e planejada. Isso assegura que o processo formativo das mulheres privadas de liberdade seja sistematizado, com ciclos regulares de formação, evitando lacunas ou descontinuidade por falta de estrutura ou parcerias momentâneas

Remuneração e Benefícios

É importante fortalecer e ampliar as ações já existentes, como a remição de pena e a remuneração educativa, que incentivam a participação das mulheres privadas de liberdade em cursos e oficinas produtivas, promovendo autonomia, autoestima e perspectivas de reinserção social.

Monitoramento e Avaliação Contínuos:

Realizar monitoramento e avaliação dos impactos da EPT, com indicadores sociais, educacionais e laborais, que embasem a expansão dos programas. Esse processo deve incluir a coleta sistemática de dados quantitativos e qualitativos sobre frequência, evasão, conclusão, empregabilidade e reincidência. Também é essencial envolver os próprios sujeitos participantes nas avaliações, por meio de entrevistas, grupos focais e relatos de experiência, garantindo que suas percepções e sugestões contribuam para o aprimoramento contínuo das metodologias.

Esse monitoramento é necessário porque permite verificar se os objetivos educacionais estão sendo alcançados, promovendo a efetividade das ações desenvolvidas. Ele fundamenta a tomada de decisões, identifica boas práticas e evidencia falhas que devem ser corrigidas, garantindo maior eficiência no uso de recursos públicos. Além disso, assegura transparência, prestação de contas à sociedade e legitimação da política educacional no sistema prisional. A construção de um sistema integrado de monitoramento, portanto, fortalece o ciclo de planejamento, execução e avaliação, promovendo a melhoria contínua e sustentável da EPT como política pública.

Palavras Finais

Tecendo Futuro com Memória e Formação

Este guia foi construído como um instrumento de orientação e também como um espaço de escuta e reconhecimento. Mais do que apresentar diretrizes técnicas para a implementação da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no contexto prisional feminino, ele revela histórias, trajetórias interrompidas e esperanças que persistem. Cada dado analisado, cada gráfico apresentado e cada fala registrada nos lembra que por trás das grades existem mulheres com sonhos, habilidades e imensa vontade de reconstruir suas vidas.

As experiências relatadas – como o Projeto Mulheres Mil, o Projeto Renascer e as iniciativas de cursos ofertados com o apoio de instituições como o SENAI, a AJUFER e o Instituto Mundo Melhor – demonstram que a EPT pode ser uma ponte concreta entre a privação de liberdade e a reinserção social. Os desafios enfrentados, como a escassez de infraestrutura ou a resistência de parceiros externos, são reais, mas não intransponíveis quando se aposta na escuta ativa, na articulação interinstitucional e em políticas públicas que tenham como eixo central a dignidade humana.

Relembrar as memórias dessas mulheres é também reconhecer seus saberes prévios, seus contextos e as barreiras que enfrentam diariamente. A EPT, quando pautada pela integralidade, pela politecnia e pela omnilateralidade, torna-se um caminho formativo capaz de promover mais do que a qualificação profissional: promove autoestima, pertencimento e perspectivas de futuro.

Que este guia sirva, portanto, como farol para gestores, educadores, parceiros e todos os profissionais envolvidos com a educação no sistema prisional. Que ele inspire práticas transformadoras, políticas sustentáveis e, acima de tudo, o compromisso com a construção de novas narrativas – onde aprender, ensinar e recomeçar sejam direitos garantidos, mesmo nos contextos mais desafiadores.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984*. Institui a Lei de Execução Penal. Diário Oficial da União, Brasília, 13 jul. 1984.

BRASIL. Lei nº 13.163, de 9 de setembro de 2015.

CIAVATTA, Maria. *Formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memórias e identidades*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

CIAVATTA, Maria. O ensino integrado, a politécnica e a educação omnilateral. *Trabalho & Educação*, v. 23, n. 1, p. 187-205, 2014.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

JOSÉ, Gesilane de Oliveira Maciel; TORRES, Eli Narciso da Silva. Reflexões sobre a educação prisional. *Revista Reflexões*, v. 27, n. 2, p. 57, 2019.

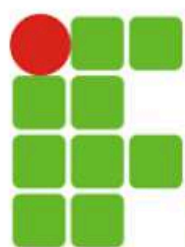
ONOFRE, E. M. Processos educacionais em espaços de privação de liberdade: discursos e práticas. Campinas: Autores Associados, 2009.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. 41. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e Educação: Fundamentos Ontológicos e Históricos. *Revista Brasileira de Educação*, v. 12, n. 34, p. 152-165, 2007.

SISDEPEN. Estatísticas Penitenciárias. Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2022.

SISDEPEN – Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional. *Dados estatísticos do sistema penitenciário brasileiro*. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2022.



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLO
RORAIMA
Campus Boa Vista



PROFEPT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA